

Depoimento com Redução de Dano e a Importância de sua Implementação e Funcionamento para Crianças e Adolescentes Vítimas de Maus-Tratos

Eduardo Rezende MELO*

Richard P. Pae KIM*

• **SUMÁRIO:** Introdução. 1 Notas sobre o abuso sexual e sua dinâmica, e a necessidade de especialização no atendimento, pela Justiça, da criança abusada, em todos os processos a ela afetos. 2 O projeto gaúcho do "depoimento sem dano". 3 Legalidade do procedimento. Conclusão. Referências bibliográficas.

• **RESUMO:** Demonstrar que uma criança ou um adolescente teve seus direitos violados não é nada fácil, em especial, porque nas situações de violência intrafamiliar, elas ocorrem geralmente dentro de quatro paredes, além de muitas vezes não ser possível a comprovação por perícia médica por não deixarem vestígios. Além da dificuldade de trazer, nesses casos, a verdade real, o atual processo judicial acaba por revitimizar essa vítima, o que pode lhe causar um dano psíquico secundário que, em alguns casos, pode ser maior do que o dano primário provocado pelo agressor. Assim, como forma alternativa, buscando alterar esta condição para colher depoimento de crianças e adolescentes, é que restou proposto no Brasil, pela primeira vez, o Projeto Depoimento Sem Dano (DSD), desenvolvido desde 2003 pelo Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. Neste caso, os infantes, vítimas de abuso ou exploração sexual, são ouvidos por assistente social ou psicóloga, que deve facilitar o depoimento da criança e do adolescente, buscando o bem-estar do depoente e a qualidade da prova a ser produzida, inclusive para romper a Lei do Silêncio, em sala apartada à de audiência, dotada de equipamento de informática que permite a filmagem da inquirição e sua reprodução em sala de audiência e, contando com equipamentos sonoros, possibilita que a inquirição seja conduzida à distância pelo juiz, que faz as reperguntas apre-

sentadas pelo promotor de justiça e pelos advogados das partes. A implementação desse projeto não depende de lei específica, sendo possível a adoção desses procedimentos em nossos processos judiciais. Basta a vontade política dos respectivos Tribunais estaduais. A utilização desse sistema de colheita do depoimento pessoal de menores será mais eficiente se efetivada desde o início. Assim, em havendo a notícia do fato delituoso, a oitiva pode ser feita apenas uma vez, bastando ao Ministério Público promover ação cautelar de produção antecipada de provas. O depoimento colhido pode ser utilizado em qualquer processo judicial (penal, civil ou previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) ou, melhor, pode também afastar a necessidade da oitiva da criança ou do adolescente pela polícia judiciária, reduzindo ainda mais os danos secundários.

• **PALAVRAS-CHAVE:** Abuso sexual. Exploração sexual. Criança. Adolescente. Lei do silêncio. Depoimento. Vítima. Testemunha. Dano primário. Dano secundário. Depoimento sem dano. Depoimento com redução de dano. Produção antecipada de prova.

* Juiz da Vara da Infância e da Juventude e de Crimes contra a Criança e o Adolescente da Comarca de São Caetano do Sul/SP. Vice-presidente da ABMP. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/SP e mestrando em Estudos Avançados de Direito da Infância na Universidade de Friburgo/Suíça.

* Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Campinas/SP. Professor de cursos de pós-graduação, entre outras, da EPM e membro associado da ABRAMINJ e da ABMP. Mestre e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

Introdução

Em pesquisa divulgada pela OMS em 24 de novembro de 2005, aponta-se que 27% das mulheres residentes na cidade de São Paulo foram vítimas de violência doméstica, em grande parte, provocada por seus maridos (*Folha de S. Paulo*, 25 nov. 2005, p. C5). Dentre esses casos, que atingem 10% do total de mulheres, incluem-se aqueles de mulheres que foram obrigadas a manter relações sexuais mediante o uso de força ou ameaça. A pesquisa também apontou que 40% das mulheres paulistanas vítimas de violência doméstica sofreram ferimentos pelo menos uma vez, e que uma em cada três teve de ficar hospitalizada por ao menos uma noite em razão das agressões. Pior ainda, entre 8% e 11% dessas mulheres foram vítimas de violência física durante a gravidez e, entre elas, um terço foi atingida no abdômen.

O número expressivo de casos não encontra ressonância nos atendimentos realizados pela Justiça, evidenciando desde logo as limitações do serviço prestado.

Talvez fruto dessa situação, conforme pesquisa realizada pelo Senado Federal (Relatório de pesquisa SEPO, mar. 2005), apenas 8% das mulheres donas-de-casa acreditam que o Sistema de Justiça respeita as mulheres.

No que tange à polícia, a procura se dá em geral quando a situação de conflito está em curso.

As mulheres que chegam às Delegacias de Polícia, ante a perspectiva de punição – no caso de lesão corporal dolosa simples, que é a hipótese mais comum e é da competência do Juizado Especial Criminal, que resulta na aplicação de pena restritiva de direitos ou multa – que afete as condições de vida da família e sem a possibilidade real de mudança efetiva dos comportamentos lesivos, retratam-se da representação oferecida, inclusive por temer o recrudescimento da violência interna da família. O que pretendem, em verdade, é, com amparo da autoridade policial ou judicial, alterar a situação por elas vivida. Esse atendimento, contudo, não lhes é proporcionado e a resposta de que não pretendem dar prosseguimento ao caso é vista, equivocadamente, como uma solução, embora persista a situação de opressão vivida em família.

Como lembra Vicente de Paula Faleiros, as questões do abuso sexual intrafamiliar e da exploração sexual de crianças e adolescentes vêm se tornando objeto de atenção da mídia, com reportagens, entrevistas, mas ainda não assumiram o lugar que ocupam na Europa, no espaço televisivo, com entrevistas pungentes a vitimizados e abusadores.

No Brasil são os jornais e revistas que trazem o assunto à baila, mas podemos certamente prever algum programa do tipo “Aqui Agora” que explorará o tema. Há, no entanto, trabalhos sérios, como a reportagem de “O Estado de São Paulo” de 23 e 24 de novembro de 1997 sobre “abuso sexual doméstico”, trazendo dados e resultados de entrevistas com pesquisadores e vitimizados. Estudos do IML de São Paulo, presentes na reportagem, feitos por Carlos Alberto Diêgoli, mostram que, das “2.043 queixas de abuso sexual feitas em 1995, 69,77% envolvem garotas menores de 18 anos. O pesquisador, segundo a reportagem, avalia que possam existir 17.000 casos de violência desse tipo em São Paulo, supondo que apenas de 10 a 15% dos casos sejam revelados. O mesmo pesquisador coordena o setor de atendimento do PAVAS (Programa de Atendimento às Vítimas de Abuso Sexual da Faculdade de Saúde Pública da USP). Das 150 meninas atendidas entre agosto de 1996 e setembro de 1997, 57,4% tinham de 11 a 15 anos. Dos casos, 55,9% eram estupros, 14,9% atentado violento ao pudor, 10,9% tentativa de conjunção, 5,8% sedução, e 6,6% suspeitas. Dessas 150, 5 estavam grávidas e 1,6% tinha o HIV positivo. Segundo o pesquisador, 7,94% dos atendimentos são de meninos”. Disponível na Internet em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:6weRiW4BLEJ:www.cecra.org.br/pub/livro>.

Quando essa violência se dá contra os filhos, a situação, sabe-se, é ainda pior. Segundo a aludida pesquisa, 25% das entrevistadas disseram ter enfrentado uma situação de violência física ou sexual desde os 15 anos, apontando os pais ou outros membros da

família como responsáveis pelas primeiras agressões. Isso mostra a dimensão cultural desse tipo de violência. Em 2005, foram registrados no Estado de São Paulo quase 28 mil casos de violência contra menores (*O Estado de S. Paulo*, 3 fev. 2006, p. C1), sendo a mãe a principal agressora, segundo outro levantamento (*Diário do Grande ABC*, 5 fev. 2006, p. 1). É o que Heleieth Safiotti (apud AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 13 e ss) chama de “a síndrome do pequeno poder”, representada pela hierarquia que marca as relações sociais de poder, tendo, para além de outras (do racismo, do machismo e do patriarcalismo), a marca do adultocentrismo como referencial na construção de categorias sociais subalternas. É esse pequeno poder exercido sobre as crianças que, ao ver da socióloga, mantém estruturas arcaicas no País e dificulta não só o enfrentamento de casos de violência doméstica, mas também de exploração sexual de crianças e adolescentes.

A falta de solução desses conflitos de modo adequado tem repercutido em diversos setores sociais.

Esse quadro de violência, principalmente, de maus-tratos na infância e na juventude, exige dos Poderes Públicos, em especial do Poder Judiciário, extrema atenção, a fim de que efetivamente os direitos do ser frágil, pela sua natureza e ainda mais fragilizado pela situação de violência, sejam garantidos e reduzidos ao máximo os danos decorrentes dos maus-tratos.

Para a doutrina, os maus-tratos consistem em violência física, todas as formas de abuso sexual, violência psicológica e negligência¹.

Na família, antes de tudo, fazendo que essas práticas de violência intrafamiliar se tornem padrões de conduta, assimiladas pelas crianças e adolescentes ali residentes tornam-se fatores de desencadeamento de traumas, de desajustes de comportamento, de baixo rendimento escolar, de fugas do lar, quando não campo fértil para a reprodução desses comportamentos em atos infracionais.

Na área da infância e da juventude o trabalho articulado e em rede é ditame legal (art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA). Sabe-se que a proteção integral aos direitos das crianças e dos adolescentes, prescrita pela Convenção das Nações Unidas dos Direitos das Crianças e no próprio Estatuto (art. 1º), tem basicamente três eixos: o atendimento, a defesa e a responsabilização.

Se o atendimento é atribuição exclusiva do Executivo, com suas políticas públicas, a defesa das crianças e adolescentes e a responsabilização daqueles que violam seus direitos têm como atores principais o Sistema de Justiça.

No entanto, do modo como estruturado o Sistema, com atribuições separadas à Vara da Infância e as Varas Criminais, sem que seus titulares necessariamente tenham experiência ou sensibilidade para lidar com a especificidade das causas que envolvam crianças e adolescentes, problemas vários vêm surgindo, como mostra a literatura especializada.

Os casos de abuso sexual são paradigmáticos nesse sentido, mas o mesmo que se dirá em relação a eles poderá ser afirmado em casos outros, como os de violência doméstica, de abandono etc. Podemos, então, dividir os argumentos em defesa da atribuição exclusiva de competência da responsabilização dos agressores à Vara da Infância e da Juventude em dois grandes fundamentos: a necessidade de especialização para o atendimento e a de articulação entre defesa e responsabilização, inclusive para maior eficiência administrativa na prestação jurisdicional e na realização da Justiça.

¹ Notas sobre o abuso sexual e sua dinâmica, e a necessidade de especialização no atendimento, pela Justiça, da criança abusada, em todos os processos a ela afetos

É assente na literatura especializada voltada ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes a necessidade de especial cuidado no processo de atendimento desse público.

Segundo os especialistas, “além da preparação psicológica, os inquiridores devem ter conhecimentos, por mínimos que sejam, sobre a dinâmica do abuso sexual infantil com síndrome de segredo e

¹ Ver estudos de G. Maxwell, I. Hassall e J. Robertson (1991); G. Maxwell e J. Robertson (1996) e G. Maxwell e J. Carroll-Lind (1996).

adição, para melhor tomar o depoimento da criança, porque inquiri-la sobre a prática abusiva não é o mesmo que inquirir vítimas de outros delitos" (Dobke, 2001, p. 50)

Como apontam Vicente e Eva Faleiros (2001, p. 23),

[...] a concepção jurídico-policial, repressiva e punitiva da resolubilidade da violência sexual, entendida principalmente como a punição do abusador, tem como consequência, muitas vezes, a negligência e o descuido com a defesa de direitos e o atendimento das pessoas envolvidas nas situações de violência sexual (vítimas, familiares e violentadores) e de seus sofrimentos, que são negligenciados, considerados, descuidados, desatendidos.

Isso não se deve unicamente ao fato de terem sofrido violência, mas porque essa violência, nos casos de abuso sexual, se dá num contexto muito particular, no seio da família, justamente, portanto, no ambiente em que deveria sentir-se acolhida e protegida e onde recebe as referências valorativas que hão de conduzir sua vida.

Como qualquer criança requer cuidados específicos e, portanto, depende de um adulto para sobreviver, é, de fato, na família, que encontra seu primeiro núcleo de socialização, é lá que recebe os valores, as normas, as condutas, os hábitos, as noções de direitos e de deveres para sua formação, que tanto podem levá-la à sua emancipação como cidadã, quanto, muitas vezes, nesses casos de abuso, podem colocá-la numa condição de objeto de dominação desse adulto. Isso faz que essas crianças vitimizadas incorporem a mensagem de que, em todos os aspectos, estão subordinadas ao homem/adulto que exerce seu domínio mesmo contra sua vontade (GARCIA, apud FERRARI; VECINA, 2002, p. 145 e ss.).

Para completar esse quadro, se essas crianças e adolescentes em geral têm nas figuras masculinas parentais (normalmente seus pais, mas também irmãos, tios, avôs, padrastos) justamente seus algozes, as mães, em casos de abuso incestogênico, podem se mostrar omissas ou até coniventes.

Daí que, segundo Gisela Oliveira Mattos (apud FERRARI; VECINA, p. 179/180),

[...] autores de diversas linhas de abordagem terapêutica concordam que a estrutura da família incestogênica se caracteriza por ser disfuncional. São famílias simbióticas e aglutinadas, sem limites intergeracionais, com dificuldades para lidar com mudanças (rígidas) ou ausência de regras (caóticas). Nessas famílias, em que a confusão de papéis manifesta-se em várias situações, o abuso é, muitas vezes, a única forma de contato entre o genitor e a criança. Também nos casos em que o adulto que abusa não é o genitor, mas um familiar ou conhecido, a mesma confusão de papéis se dá na medida em que os deveres de cuidado da criança são atribuídos pelos próprios pais a outrem, desobrigando-se aqueles de maiores atenções, podendo, ainda, estar também seduzidos pelas supostas qualidades do familiar ou conhecido.

Por isso,

[...] a dor e o medo intenso vivenciados pela criança "sufocam seus sentimentos naturais de recusa, ódio e repugnância", obrigando-a à submissão e identificação projetiva com o agressor, o que a leva a esquecer-se de si mesma, não reagir, sentir-se culpada (por introjeção da culpa do adulto), ansiosa e, pior, não confiar em seus próprios sentimentos. Ela, assim, desenvolve uma capacidade de mimetismo que a faz corresponder àquilo que ela supõe que o adulto dela espera [sic].

Daí que Furniss afirma que o abuso sexual de crianças configura-se em uma síndrome de segredo para a criança e em uma síndrome de adição para o adulto. É o segredo que mantém fechado o ciclo do abuso. É o adulto quem estabelece o segredo por meio da sedução, onde o jogo sexual é colocado como natural da relação entre adulto e criança e o segredo como forma de preservar a "aliança especial" entre eles.

Conforme Durrant e White (MATTOS, apud FERRARI; VECINA, 2002, p. 179/180),

[...] para manter o segredo, o adulto lança mão de diversas estratégias, como atribuir à criança a responsabilidade pelo abuso ("você me provocou") ou pelas consequências prejudiciais à família (decepcionar a mãe, provocar a separação da família), a ele (ser preso, ficar doente ou morrer) e a ela própria (sofrer agressões físicas ou ser morta por ele), caso revele o abuso. Essas estratégias, além do uso da força, coação e ameaças, reforçam na vítima o medo e o sentimento de culpa.

Isso mostra a necessidade imensa de cuidados no trato com essas crianças. Os cuidados exigidos são tamanhos a ponto de se levar em consideração o próprio momento da abordagem, pois, como aponta Lucimara Martins Pereira, "a revelação prematura de uma suspeita de abuso sexual poderá levar a uma nova e mais severa agressão à criança ou adolescente em questão, além do risco de fuga da família para um local ignorado" (VILGA; FÉLIX; URVANEGLIA, 2002, p. 26).

Esse quadro mostra o quanto

[...] estas características provocam na criança/adolescente uma fragilidade emocional específica que deve ter importância relevante nos procedimentos que o atual sistema judiciário adota, que podem impor, conforme a maneira que estes se desenrolam, um agravamento deste estado emocional. (Op. cit., p. 55)²

Por isso, sem especialização em casos de abuso e exploração sexual, matéria mais próxima das

² E, de acordo com Ajuriaguerra e Marcelli (NOTA: 2 AJURIAGUERRA, J.; MARCELLI, D. *Manual de psicopatologia infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas), autores estudiosos da vida infantil, a avaliação da criança submetida a maus-tratos depende da rapidez da intervenção dos serviços apropriados, da qualidade e da estabilidade das terapêuticas postas em ação. Ou seja, para que haja um bom desdobramento no trabalho de atendimento à criança vítima de violência, a qualidade do trabalho desenvolvido pelos órgãos de proteção deve ser a melhor possível.

Varas da Infância e da Juventude, a responsabilização dos abusadores e exploradores sexuais, como de tantos outros responsáveis pela denegação de direitos de crianças e adolescentes, pode levar a consequências nefastas, que apenas a atribuição de competência exclusiva para processamento de tais crimes à Vara da Infância poderá solucionar.

A revitimização da criança abusada pelo modo de atuação da Justiça: a necessidade de articulação entre a Justiça da Infância e a Justiça Criminal em casos de abusos e outros crimes envolvendo crianças e adolescentes para o atendimento da criança/adolescente e responsabilização do agressor.

A realidade, hoje existente, para oitiva dessas crianças e adolescentes é outra. Basta apontar que o início de seu atendimento se dá, hoje, na fase do inquérito policial, especificamente nos depoimentos na delegacia de polícia, "um ambiente por si só assustador [...] o que envolve falar com estranhos sobre um assunto até então considerado como íntimo e proibido, gerando, muitas vezes, culpa, vergonha, medo" (idem, ibidem, p. 56).

Ouvidas em órgãos não especializados e por pessoas sem a devida capacitação nas delegacias de polícia, têm de passar ainda por sucessivas inquirições: pelas técnicas do Judiciário, pelo juiz da infância, pelo juiz criminal, pelo juiz da família. E isto para não falar dos órgãos de atendimento, como os hospitais e até o Conselho Tutelar.

Em todas as audiências, têm de ser confrontadas com perguntas feitas não apenas pelos magistrados, mas também por advogados (muitas vezes mais de um) e pelo promotor de justiça – todas, pessoas dela desconhecidas e estranhas –, criando-se um ambiente aterrador, que leva, tantas vezes, à negação dos fatos ocorridos e à sujeição dessas(es) crianças/adolescentes a outras situações de violência, sem que se sintam, dali em diante, seguras(os) para revelar o fato, já que não contaram com o devido amparo em seu primeiro atendimento.

Tal postura tem contribuído para a revitimização das crianças e dos adolescentes envolvidos em situações de abuso, mas também de seus familiares e abusadores,

[...] seja pela repetição de ações (como nos depoimentos) que provocam medo, angústia

e sofrimento aos sujeitos implicados nas situações de abuso sexual, seja pela não referência e contra-referência, seja pela solidão e “abandono” nos quais vítimas e familiares muitas vezes se vêem após a revelação do abuso sexual e sua notificação. (FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. T. S., 2001, p. 117)

Com efeito, segundo Furniss, a avaliação de 64 casos clínicos revelou uma média de 8,2 diferentes agências com muito mais profissionais individuais envolvidos no atendimento de casos de abusos sexuais, demonstrando o quanto o desvelamento do abuso sexual leva a uma crise na rede profissional de atendimento que pode ser mais complexa e mais confusa do que a crise vivida pela família. Ações descoordenadas podem levar a um dano maior e a uma maior traumatização das relações familiares e da criança abusada do que a experiência original de abuso. E um dos danos secundários apontados pelo teórico alemão, radicado na Inglaterra, é justamente o da intervenção profissional, “nos conflitos entre o sistema legal e as necessidades protetivas e psicológicas da criança, porque o sistema legal não foi ainda completamente adaptado ao aspecto de tutela dos direitos humanos da criança como sujeito ante a lei.” (FURNISS, 2002, p. 16)

Isso se exemplifica entre nós pelas várias ocasiões aversivas para as vítimas que ainda podem se dar, notadamente com a “presença do agressor na sala de espera do tribunal ou mesmo durante a audiência, que é um procedimento comum nos julgamentos de crimes de violência sexual doméstica” (VILGA; FELIX; URVANEGLIA, 2002, p. 61/62). E, embora hoje se possa colher o depoimento da vítima sem a presença do réu, desde que haja justificativa, mesmo assim é comum a confrontação entre as pessoas mencionadas nestes ambientes.

Como já apontado, uma atuação em rede nessa área envolve, de fato, não só o Sistema de Defesa de Direitos (Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública e Centros de Defesa), mas também o de Atendimento (instituições executoras de políticas sociais e de serviços e programas de proteção especial), como, por fim, o de Responsabilização (Delegacias de Polícia,

Instituto Médico Legal, Varas Criminais, Ministério Público).

O modo como a Justiça está estruturada, separando o processamento dos casos de atendimento das crianças e dos adolescentes daqueles em que eles são vítimas de crimes não vem atendendo, com o devido respeito, a dois preceitos fundamentais de nosso ordenamento. Primeiro, o de prioridade absoluta em seu atendimento visando à sua proteção integral, tal como regulamentado no art. 227 da Carta Maior. Segundo, o de que as ações em prol da criança devam atender o seu melhor interesse, nos termos do art. 3º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Uma das questões essenciais, então, é a de limitar a oitiva da criança a um único depoimento que valha tanto para os processos afetos à infância como para os criminais, sem qualquer risco de invalidação sob invocação do princípio do juiz natural. Com a competência cumulativa, criminal e da infância e juventude, poder-se-á não apenas designar uma única data para a oitiva nos dois processos, como, em caso de necessidade, valer-se da medida cautelar de produção antecipada de provas, garantindo-se pronto atendimento às crianças e aos adolescentes para que possam ter suas chagas curadas.

Sabe-se o quanto o depoimento da criança é fundamental e dele não se pode prescindir, seja para efeito de convicção do juiz, seja também para o próprio atendimento da criança posteriormente.

A oitiva da criança/adolescente presta-se não apenas a habilitar o magistrado a uma decisão, mas implica o seu reconhecimento como sujeito de direitos, nos termos do art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo que ela se veja como co-autora das decisões que recairão sobre sua pessoa e, assim, ter pelo Judiciário a oportunidade de romper com uma situação de dominação e de violência que lhe permitirá mais adequadamente se recolocar na vida como sujeito autônomo.

Essa percepção é defendida por teóricos na área que dizem acreditar

[...] ser muito importante ouvir a criança e, talvez, seja este o meio eficaz de o Estado fazer sua intervenção no momento certo. Considere-

rando também que, se a criança é passível de erro em sua opinião, não o é mais do que os adultos.

Somente ouvindo as crianças poderemos determinar se são ou não capazes de consentir por si mesmas, se serão ou não qualificadas como testemunhas competentes e, assim, nós, adultos, teremos a possibilidade de mudar nossos conceitos, enraizados e atávicos (JUNQUEIRA, apud AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 172).³

Mais do que isso, como aponta Furniss, embora a imensa maioria das crianças não exerça nenhum papel ativo no início do abuso sexual, são todas ativas participantes da interação abusiva, sendo importante entender que também um papel passivo e não iniciador da vítima constitui uma atividade de participação que é a base da experiência da criança abusada. Esse aspecto interativo de participação se refere ao conceito psicológico de sentimentos de avaliação da experiência e faz que a criança se sinta responsável pelo próprio abuso, embora possa, de fato, nunca ser responsável (FURNISS, op. cit, p. 9).

É justamente por isso que, ainda segundo o mesmo autor, posturas aparentemente protetivas de não ouvir a criança e tomar o fato apenas como de responsabilidade do agressor levam a uma mensagem muito diferente para a criança, de denegação de sua experiência e, com ela, de denegação da própria criança. O que está em questão, no fundo, é a dificuldade do adulto de ouvir a experiência dessa criança como também de acreditar nela. Tal postura mantém a síndrome de segredo que propiciou a situação abusiva, gerando, por consequência, um dano secundário (op. cit, p. 13).

Conforme o escólio de José Antônio Daltoé Cezar, na magistral obra *Depoimento sem Dano* (2007, p. 48), existem diversas razões para que o silêncio da criança e do adolescente abusados venha a ocorrer, destacando-se;

[...] ameaças, físicas ou psicológicas, que fazem com que a criança tema por si, por sua família ou por alguém por quem nutra afeto; crianças mais novas, que não possuem conhecimento das coisas do sexo, podem ver o abuso sexual como algo normal, e, portanto, não se sentem impelidas a relatar o ocorrido; distorção da realidade – o abusador manipula a realidade da criança de modo que ela sinta que é a abusadora, e ele, a vítima, conseguindo, assim, alterar, pelo menos psicologicamente, os papéis que cada um exerce na ação; medo da perda da atenção do abusador, pessoa que a seduziu e por quem nutre afeto; medo da punição pela ação que participou; medo de que não acreditem nela e que por isso possam puni-la pela mentira; culpa pela ação que participou – não no sentido legal, mas no sentido psicológico – eis que queira ou não, está a criança ligada à interação abusiva, ainda que, participando de forma passiva, e a criança equivocava-se, pensando ter participado ativamente do abuso e também ser responsável pela sua ocorrência; falta de evidência médica acerca do abuso. A essas razões ainda se somam a negação e a dissociação referidas por Dobke (2001, p. 35): “A negação, no sentido psicológico, difere da mentira. Nesta, a criança, ou seus familiares, têm consciência do fato abusivo e, naquela, não há essa consciência, cria-se uma estrutura negadora de realidade da experiência que impede a vítima de ver abuso como abuso. [...] O mecanismo de defesa da negação leva o abuso ao segredo, permitindo uma sobrevivência psíquica, que, na fase adulta, torna-se obstáculo a uma efetiva integração psicológica. [...] Na dissociação, mecanismo de defesa, a vítima separa o abuso sexual, fato real, dos sentimentos que ele gera, garantindo que as emoções causadas pela situação traumática não interfiram em sua vida. Tal mecanismo de defesa é utilizado também pelo abusador (Furniss, 1993, p. 35)”.

³Ver, no mesmo sentido, Furniss, op. cit., p.6.

Essa Lei do Silêncio, portanto, impede que o depoimento da criança ou do adolescente possa ser colhido da forma tradicional.

O atual sistema processual e de lógica jurídica e cognitiva exige, de forma equivocada, da criança ou do adolescente abusado sexualmente discursos lógicos, o que colabora para tornar frágeis as provas orais colhidas, possibilitando injustiças. Isso, conforme lembra José Antônio Daltoé Cesar, colabora para que, em casos de abuso sexual, os acusados consigam desqualificar a acusação, trazendo novo trauma para a vítima e a impunidade para o ofensor, na medida em que essa prática “deixa de atentar preconceitos adultomórficos, que aceitam como prova somente um discurso lógico como o do adulto, partindo da idéia de que existe uma simetria entre o adulto testemunha e a criança testemunha” (op. cit., p. 65).

Mesmo em casos mais simples de maus-tratos, se é que podemos considerar que eles existam, esses depoimentos judiciais geram uma situação bastante estressante do ponto de vista emocional. E, quando se trata de crianças, a situação se mostra ainda mais difícil, diante da sua imaturidade biológica e psíquica, na medida em que não contará com recursos internos para superar com razoabilidade essas situações emocionais extremadas.

Assim, há que se modificar os paradigmas, como está bem delineado nas justificativas do Projeto de Lei nº 7.524/06, de autoria da deputada Maria do Rosário e que hoje tramita perante o Congresso Nacional, a fim de inserir o presente procedimento como forma procedimental obrigatória nos processos de julgamento dos crimes contra a liberdade sexual com vítima ou testemunha que seja criança ou adolescente:

A produção de tal prova, nas condições referidas, não é tarefa fácil no meio forense, eis que a capacitação dos agentes que nele atuam – Juízes, Promotores de Justiça e Advogados – para inquirirem crianças e adolescentes traumatizados, quase que sempre se mostra inexistente e insuficiente, terminando por revitimizar as crianças e adolescentes agredidas, podendo nelas causar um dano psi-

quico secundário, o qual em alguns casos pode ser maior que o dano primário, aquele causado pelo agressor. Também os espaços físicos das salas de audiência não são projetados para deixarem crianças e adolescentes, vítimas de maus-tratos, especialmente abuso sexual, tranquilos, à vontade para falarem dos fatos ocorridos, das suas tristezas e dos seus sofrimentos, das suas queixas, pois a par de serem ambientes formais e frios, pois são projetados de maneira a criar uma subserviência entre a autoridade estatal e o depoente, também guardam em seu interior diversas pessoas que necessitam participar daquele ato, todas elas estranhas e quase que sempre inamistosas à figura de quem está depondo. Tais condições de funcionamento das audiências, presentes quase que na integralidade do sistema forense nacional, determina que não raras vezes as crianças e adolescentes nada falem, muitas vezes chorem e fiquem emocionalmente impedidas de apresentarem um relato minimamente lógico e aceitável, fiquem tensas e amedrontadas, circunstâncias essas que inviabilizam a responsabilização do agressor, ante a fragilidade da prova produzida. Por tais razões, é preciso que se questione a abordagem judicial como em regra vem sendo realizada, para que se concluindo pela sua precariedade, sejam buscadas soluções dentro da ordem constitucional, com obediência ao contraditório e ampla defesa, de melhor inquirir crianças e adolescentes vítimas, bem como todas aquelas que necessitam serem ouvidas em juízo, inclusive como informantes, evitando assim que lhes sejam causados danos psíquicos, bem como consigam emprestar qualidade aos fatos narrados em seus depoimentos, permitindo dessa forma que também se responsabilize o agressor.

2 O projeto gaúcho do “depoimento sem dano”

A solução para o problema levantado, para além da cumulação da competência para processamento dos crimes contra a criança e o adolescente

na Vara responsável pela infância e juventude, demanda ainda a implementação de projeto inovador de inquirição de crianças e adolescentes, evitando justamente a vitimização secundária e reduzindo a possibilidade de injustiças. Trata-se do projeto “depoimento sem dano”, implementado no Estado do Rio Grande do Sul, seguindo uma recomendação da literatura especializada de que “o primeiro encontro com uma criança que se supõe ou de fato tenha sido sexualmente abusada deve essencialmente buscar a melhor forma de comunicação com ela” (MATTOS, apud FERRARI; VECINA, 2002, p. 185).

Por isso, para facilitar o depoimento da criança/adolescente, faz-se necessário que este seja colhido em uma sala reservada e acolhedora, de preferência, com “pessoas de confiança” e que estejam preparadas para analisar os relatos indicados pela vítima. Ainda segundo Furniss (2002, p. 188), “pessoas de confiança” são os profissionais em cuja presença crianças/adolescentes que sofreram abuso sexual se sentem suficientemente seguras para começar a comunicar a realidade secreta do abuso sexual. A presença dessas pessoas pode evitar o aumento da ansiedade que costuma conduzir à compreensível mentira e negação quando as crianças são encaminhadas a entrevistas de revelação com pessoas que jamais viram antes e das quais ficam com medo. Essas pessoas de confiança proporcionam suporte emocional e dão à criança a licença explícita para revelar o abuso.”

Essa inquirição, e aí o segundo enfoque deste processo, deve seguir uma orientação já prescrita antes mesmo do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente: “O Poder Judiciário, assessorado por psicólogos e assistentes sociais, poderia, através desses técnicos ou com a ajuda destes, ouvir a criança antes de determinar seu destino” (JUNQUEIRA, apud AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 172).

Essa foi a orientação que ditou as obras da promotora de Justiça Velela Dobke (2001) e do magistrado José Antônio Daltoé Cesar e que levou à implementação do projeto “Depoimento sem dano”, na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Alegre/RS. A primeira audiência foi realizada no dia 6 de maio de 2003, com a presença dessas autoridades e da Dra. Sônia Biehler da Rosa,

magistrada aposentada do Rio Grande do Sul, psicóloga e mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, tendo atuado como técnica responsável pela inquirição a Dra. Márcia Rublescki, psicóloga judiciária lotada no Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Naquela comarca as crianças e os adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual são ouvidas por técnica(o) devidamente capacitada(o), em sala apartada à de audiência, dotada de equipamento de informática que permite a filmagem da inquirição e sua reprodução em sala de audiência e, contando com equipamentos sonoros, possibilita que a inquirição seja conduzida à distância pelo juiz, que faz as reperguntas apresentadas pelo promotor de justiça e pelos advogados das partes.

O depoimento é transcrito e as imagens, gravadas para reprodução em qualquer processo e mesmo no tribunal. Evita-se, com isso, a exposição da criança/adolescente a estranhos, a perguntas formuladas de modo inadequado e intimidativo, causadoras de desnecessária situação aflitiva às vítimas.

Cumprir registrar, ainda, que tal experiência vem sendo executada, já há mais tempo, em várias comarcas argentinas, nas quais a inquirição da criança dá-se por profissional habilitado, com a utilização justamente de câmaras de Gesel, em que a sala conta com uma das paredes de vidro espelhado – unidirecional – que permite aos operadores do direito, do lado externo, observar a criança e o “intérprete”, sem serem percebidos, com a possibilidade de se comunicarem por meio de intercomunicadores (SANZ; MOLINA, 1998, apud DOBKE, 2001, p. 92).

Em termos processuais, a autora gaúcha assinala a garantia reservada aos acusados:

[...] a inquirição na câmara de Gesel prescinde da aquiescência da defesa técnica, pois as partes podem fazer perguntas à vítima através do “expert”, e o acusado, sem contato com a criança, estará junto ao seu defensor para as informações que quiser lhe transmitir. Assim, com a inquirição por “expert” na câmara de Gesel, assegurados estariam os direitos constitucionais do acusado e da vítima, pois, se é certo que devemos garantir a esta a não-acu-

sação de dano secundário na tomada de suas declarações, ninguém irá duvidar que não podemos negar àquele o devido processo legal. (Op. cit, p. 92/93).

A utilização de câmeras, tal como se dá no Rio Grande do Sul, supera a dificuldade arquitetônica, sem prejuízo do acompanhamento do depoimento, como se dá na Argentina. A defesa, como apontado, se vê mais assegurada, porque se permite o acompanhamento do suposto agressor, contribuindo para o assessoramento de seu defensor.

Essa nova forma de se colher o depoimento tem como motes principais, além da eficiência no registro das informações, a redução do dano – na medida em que, em existindo situação de violência sexual, não há como o depoimento judicial ou extrajudicial não vir a causar danos, em especial, na vítima – durante a produção de provas em processos, sejam eles de natureza civil, criminal ou afetos à competência da Vara da Infância e da Juventude, e valorizar a palavra da criança ou do adolescente, seja vítima ou testemunha. E isso somente ocorrerá se respeitada a sua condição de pessoa em desenvolvimento.

A equipe técnica possui papel fundamental durante o depoimento, na medida em que o técnico que vier a efetivar o papel de entrevistador, seja este assistente social ou psicólogo, deve facilitar o depoimento da criança e do adolescente, buscando o bem-estar do depoente e a qualidade da prova a ser produzida. Também deverá o técnico estar capacitado a exercer a referida função, com “conhecimento teórico relativo à dinâmica do abuso, preferencialmente com experiência em perícias” e “possuir pensamento hábil e articulado que permita a fácil compreensão e interação de todos que estão a participar do ato judicial” (Cezar, 2007, p. 66).

3 Legalidade do procedimento

Evidentemente que todo esse procedimento deve garantir os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do pleno contraditório e da presunção de inocência, previstos nos arts. 5º, incisos LIV, LV e LVII, respectivamente, da

Constituição Federal brasileira. A oitiva deve ser procedida na presença do magistrado, do membro do Ministério Público, do réu e de seu defensor, em processos previstos na lei.

Nem se diga que a hipótese é similar à do interrogatório virtual, na medida em que se garante a presença do réu na sala de audiências e, pelo sistema, é possível a todas as partes envolvidas no processo observar toda a sala onde a criança ou o adolescente será ouvido.

Como se sabe, o interrogatório por videoconferência vinha sendo considerado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça como procedimento legal e constitucional de se obter a versão da vítima, a saber:

HABEAS CORPUS. ROUBO TENTADO. INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA. NULIDADE. NÃO-OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A estipulação do sistema de videoconferência para interrogatório do réu não ofende as garantias constitucionais do réu, o qual, na hipótese, conta com o auxílio de dois defensores, um na sala de audiência e outro no presídio.

2. A declaração de nulidade, na presente hipótese, depende da demonstração do efetivo prejuízo, o qual não restou evidenciado.

3. Ordem denegada.

(HC 76.046/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 10.05.2007, DJ 28.05.2007, p. 380)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INTERROGATÓRIO REALIZADO POR MEIO DE SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA OU TELEAUDIÊNCIA EM REAL TIME. CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE, PARA CUJO RECONHECIMENTO FAZ-SE NECESSÁRIA A OCORRÊNCIA DE EFETIVO PREJUÍZO, NÃO DEMONSTRADO, NO CASO.

Recurso desprovido.

(RHC 15.558/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 14.09.2004, DJ 11.10.2004, p. 351)

Entretanto, em recente decisão, a nossa Suprema Corte entendeu pela inconstitucionalidade do meio utilizado:

EMENTA: AÇÃO PENAL. Ato processual. Interrogatório. Realização mediante videoconferência. Inadmissibilidade. Forma singular não prevista no ordenamento jurídico. Ofensa a cláusulas do justo processo da lei (*due process of law*). Limitação ao exercício da ampla defesa, compreendidas a autodefesa e a defesa técnica. Insulto às regras ordinárias do local de realização dos atos processuais penais e às garantias constitucionais da igualdade e da publicidade. Falta, ademais, de citação do réu preso, apenas instado a comparecer à sala da cadeia pública, no dia do interrogatório. Forma do ato determinada sem motivação alguma. Nulidade processual caracterizada. HC concedido para renovação do processo desde o interrogatório, inclusive. Inteligência dos arts. 5º, LIV, LV, LVII, XXXVII e LIII, da CF, e 792, caput e § 2º, 403, 2ª parte, 185, caput e § 2º, 192, parágrafo único, 193, 188, todos do CPP. Enquanto modalidade de ato processual não prevista no ordenamento jurídico vigente, é absolutamente nulo o interrogatório penal realizado mediante videoconferência, sobretudo quando tal forma é determinada sem motivação alguma, nem citação do réu (STF - HC 88914/SP – Min. Cezar Peluso – j. 14.08.2007 – DJU – 117 – p. 05.10.2007, p. 037).

Vê-se pelo próprio teor da referida ementa que a situação era peculiar, na medida em que o réu não havia sido citado e tampouco se justificava, para aquela hipótese, sua oitiva por meio da videoconferência. Entretanto, no sistema do Depoimento com Redução de Dano, deve-se resguardar, como já salientado, a presença do réu citado na sala de audiência, acompanhado de seu defensor, e também com a presença da criança ou o do adolescente nas dependências do fórum, garantindo as imagens e o som todo o acompanhamento dos atos praticados naquele local. Assim sendo, não há violação a qualquer um dos princípios da igualdade, da publicidade, da ampla defesa e do pleno contraditório.

O depoimento deverá ser colhido de maneira interativa, em duas salas interligadas por equipamentos de som e imagem, não ultrapassando o tempo máximo de uma hora e meia de trabalho com a criança ou o adolescente.

O local destinado às crianças e aos adolescentes deverá ser reservado, tranquilo e acolhedor, equipado com uma câmera de TV, microfones e um fone de ouvido, com isolamento de som e luminosidade própria para captação de imagem nítida. A vítima ou testemunha prestará depoimento a um profissional (assistente social ou psicólogo designado para atuar como facilitador), enquanto na sala de audiências ficarão juiz, promotor, advogados e partes. A sala de audiências deverá estar equipada com microfones, uma TV, de preferência, com no mínimo 29 polegadas e um computador pelo qual será controlada a câmera da sala onde estará a vítima, permitindo captar todos os movimentos, bem como fazer *zoom* de imagem.

De forma interativa o juiz fará as perguntas à vítima, por intermédio do profissional que se encontra com esta. Dessa maneira, não a expõe às outras pessoas e, principalmente, evita o encontro com o agressor no momento da audiência, o que também irá beneficiar a colheita do depoimento de forma isenta.

Durante a audiência será efetivada a gravação de som e imagem em CD (em CD-R não é possível alterar a gravação) e a audiência será degredada. O CD e o termo de audiência degredado deverão ser anexados aos autos constituindo-se em peça integrante do processo (o CD será inserido na contracapa do processo). Por questão de segurança, cópia do CD deverá ser mantida em arquivo próprio para eventual necessidade de cópia destes documentos.

Hoje, conforme mencionado, há projeto de lei visando tornar obrigatória a utilização desse procedimento nos processos e julgamentos dos crimes contra a liberdade sexual com vítima ou testemunha que seja criança ou adolescente, cujo texto é apresentado na íntegra, inclusive para que o debate possa ser ampliado:

PROJETO DE LEI Nº 7.524/2006
(Deputada Maria do Rosário)

Acrescenta o Capítulo IV-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, dispondo sobre o processo e julgamento dos delitos tipificados no Título VI, Capítulo I, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta o Capítulo IV-A ao Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, dispondo sobre o processo e julgamento dos delitos tipificados no Título VI, Capítulo I, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente.

Art. 2º Acrescente ao Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941, o Capítulo IV-A seguinte.

CAPÍTULO IV-A DO PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL COM VÍTIMA OU TESTEMUNHA CRIANÇA OU ADOLESCENTE.

Artigo 530-A. Far-se-á a inquirição judicial de crianças e adolescentes, como vítimas ou testemunhas, na forma prevista neste capítulo:

- I – Na salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional do depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II – Por motivo de idade do depoente, para que a perda da memória dos fatos não advenha em detrimento da apuração da verdade real;
- III – Para evitar a revitimização do depoente, com sucessivas inquirições sobre o mesmo fato, nos âmbitos criminal, cível e administrativo.

Artigo 530-B. Na inquirição de crianças e adolescentes, como vítimas ou testemunhas de delitos tipificados no Título VI, Capítulo I, do Código Penal, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento:

- I – A inquirição será feita em recinto diverso da sala de audiências, especialmente projetado para esse fim, o qual conterà os equipamentos próprios e adequados à idade e à etapa evolutiva do depoente;
- II – Os profissionais presentes à sala de audiências participarão da inquirição através de equipamento de áudio e vídeo, ou de qualquer outro meio técnico disponível;
- III – A inquirição será intermediada por profissional devidamente designado pela autoridade judiciária, o qual transmitirá ao depoente as perguntas do Juiz e das partes;
- IV – O depoimento será registrado por meio eletrônico ou magnético, cuja gravação e mídia passarão a fazer parte integrante do processo. Parágrafo único: A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes, poderá adotar idêntico procedimento em relação a crimes diversos dos mencionados no *caput*, quando, em razão da natureza do delito, forma de cometimento, gravidade e consequências, verificar que a presença da criança ou adolescente na sala de audiências possa prejudicar o depoimento ou constituir fator de constrangimento em face de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Artigo 530-C. Para apuração dos crimes previstos no artigo anterior será permitida a produção antecipada de prova.

Artigo 530-D. O procedimento da produção antecipada de prova poderá ser preparatório de ações cíveis ou criminais.

Artigo 530-E. O pedido de produção antecipada de prova poderá ser determinado de ofício pelo Juiz ou proposto por pelo Ministério Público, através de manifestação fundamentada, com referência aos fatos sobre os quais a prova haverá de recair.

Artigo 530-F. A produção antecipada de prova poderá consistir em inquirição de testemunha ou vítima e exame pericial.

§ 1º. Tratando-se de inquirição de vítima ou testemunha, será intimado o interessado a comparecer à audiência em que será o depoimento prestado, inclusive para que se faça acompanhar de advogado, ao qual será fornecida cópia da justificativa apresentada pelo Ministério Público. Ausente o interessado na audiência de inquirição, ou, estando presente, não possuir procurador constituído, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

§ 2º. Sendo hipótese de prova pericial, esta deverá ser realizada por perito oficial ou, na falta, por pessoa idônea, portadora de curso superior, nomeada pelo Juiz, facultada a indicação de assistentes técnicos e apresentação de quesitos.

Artigo 530-G. Realizada a produção antecipada em caráter preparatório, entendendo a autoridade judiciária ou o Ministério Público que os fatos relatados poderão ensejar a instauração de inquérito policial ou procedimento perante o Conselho Tutelar, providenciará que cópia do depoimento e da mídia contendo a gravação sejam encaminhadas [sic] às autoridades competentes.

§ 1º. Tratando-se de prova oral, efetivada a produção antecipada, o depoimento instruirá o inquérito policial, o expediente administrativo perante o Conselho Tutelar ou quaisquer expedientes perante o Ministério Público, sendo vedada a reinquirição do depoente, exceto se for ela autorizada judicialmente.

§ 2º. A reinquirição do depoente, após iniciada ação judicial, constituir-se-á em medida excepcional, devendo ser fundamentadamente justificada.

Artigo 530-H. Nos processos de competência do Tribunal do Júri, tendo a inquirição do depoente sido realizada na forma desta lei, poderá a autoridade judiciária indeferir a sua reinquirição em plenário, quando houver justo receio de que esta possa causar-lhe quaisquer dos danos elencados no art. 530-A.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Embora seja de todo recomendável a aprovação do projeto de lei, inclusive para garantir que a criança ou o adolescente tenha o direito de ser ouvida(o) pelo sistema do Depoimento com redução de dano, sempre que possível e adequado para, o fato é que o procedimento pode ser utilizado, como efetivamente tem sido no Rio Grande do Sul, conforme entendimento já consolidado no Egrégio Tribunal daquele Estado, *verbi gratia*:

Ouvida judicial de uma das vítimas, através do Projeto Depoimento sem Dano, nos autos da Ação de Destituição de Pátrio Poder, ratificando a ocorrência dos abusos sexuais perpetrados por seu pai, contra si e as demais ofendidas. Omissão penalmente relevante em relação à acusada, já que, na condição de mãe e avó das menores, tinha a obrigação legal de proteção e vigilância, podendo e devendo agir para impedir os resultados, o que não foi feito. Versão exculpatória não comprovada *quantum satis*. Édito condenatório baseado não apenas em provas que não foram colhidas sob o crivo do contraditório, mas, fundamentalmente, no conjunto probatório construído nos autos. Não-violação dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Condenação mantida. Defesa dos réus patrocinada por defensores constituídos durante todo o processado. Caso em que não se presume a falta de condições. APELAÇÕES IMPROVIDAS (TJRS – Apelação Crime nº 70020157558, Oitava Câmara Criminal, Relatora Des. Fabianne Breton Baisch, Julgado em 29/08/2007).

ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. PROVA. PENA. Se a vítima, ainda que criança, com 5 anos de idade, identifica, já logo após o fato, o autor dos abusos que revelou (sexo oral e esfregar, nas suas nádegas, de pênis), havidos no interior de estabelecimento penitenciário, quando fazia visita ao pai, tal qual deram conta, em juízo, funcionário da SUSEPE e o próprio pai, confirmando, ouvida no Projeto Depoimento Sem Dano, os acontecimentos, de

forma coerente, ao cabo do que tornando a reconhecer o apelante, colocado junto com dois outros, ainda que sem termos mais categóricos, forçosa é a condenação. Réu com condenações por crimes da mesma espécie, também contra criança. Operadores do art. 59 do Código Penal não inteiramente favoráveis, recomendando afastamento da sanção do mínimo legal. A reincidência é agravante legal, que como tal deve ser considerada, sob pena de violação à lei federal. Apelo parcialmente provido para redução de pena (TJRS – Apelação Crime nº 70012649471, Sétima Câmara Criminal, Relator Des. Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 20/10/2005).

Esse procedimento pode ser utilizado não apenas nos processos criminais, mas também nas ações cíveis e, principalmente, nas ações perante o Juízo competente da Infância e da Juventude. E, seguindo os princípios norteadores suso mencionados, recomenda-se que a oitiva seja feita apenas uma vez, com a efetiva citação e intimação do(a) agressor(a), utilizando o depoimento como prova emprestada nos demais feitos, prática esta considerada legal, inclusive em processos criminais, conforme entendimento que hoje prevalece no Colendo Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. VÍTIMA MENOR DE SETE ANOS. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. PALAVRA DA OFENDIDA. RELEVÂNCIA PROBATÓRIA. PRECEDENTES. CONDENAÇÃO FUNDADA EM EXAME METICULOSO DA PROVA PRODUZIDA, QUE NÃO SE LIMITOU AO DEPOIMENTO DA MENOR. LAUDOS PSICOLÓGICOS, MÉDICOS E PSIQUIÁTRICOS QUE CONFIRMARAM A HIGIDEZ DAS ALEGAÇÕES DA VÍTIMA. FARTA PROVA TESTEMUNHAL. PROVA EMPRESTADA. ADMISSIBILIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. INEXISTÊNCIA. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. CONDUTA QUE SE SUBSUME AO TIPO PENAL.

WRIT DENEGADO. A palavra da vítima, em crimes de conotação sexual, constitui relevante elemento probatório, mormente quando se mostra coerente com o restante da prova produzida e, em razão da pouca idade da ofendida, está respaldada por avaliações e laudos psicológicos, médicos e psiquiátricos. Precedentes do STJ. A prova emprestada é admissível no âmbito do processo penal, quando colhida em feito entre as mesmas partes, foi produzida com obediência aos procedimentos legais, diz respeito aos mesmos fatos objetos da acusação que se busca provar, com ampla oportunidade de manifestação do acusado em ambas as ações, inexistindo, assim, ofensa ao princípio do contraditório. Precedentes do STJ. Habeas Corpus denegado, em conformidade com o parecer do MPF. (STJ - HC 63.658/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 07.08.2007, DJ 27.08.2007, p. 278) E, nesta mesma esteira: HC 68.155/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 14.06.2007, DJ 06.08.2007, p. 562; HC 66.873/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 17.05.2007, DJ 29.06.2007, p. 674; HC 53.160/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03.10.2006, DJ 27.11.2006, p. 293; e HC 41.805/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28.06.2005, DJ 22.08.2005, p. 319; HC 31.091/RJ, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02.03.2004, DJ 29.03.2004, p. 260).

Aliás, não se vislumbra qualquer impedimento para que a colheita do depoimento da criança ou do adolescente, por meio dessa sistemática, possa ser feita em uma ação cautelar de antecipação de provas, no âmbito da Vara da Infância e da Juventude ou mesmo perante a Vara da Família, ou, ainda, por antecipação de provas em processo-crime, desde que fundamentada a necessidade, por todas as razões já expostas, em especial, para se evitar revitimização futura; para se garantir que seja resguardada a documentação dos reais fatos ocorridos,

principalmente, porque é fato notório que a memória de uma criança ou mesmo de um adolescente difere da de um adulto; para que a prova possa ser colhida no melhor momento, no interesse do depoente, a fim de que possa ser utilizada em todas as ações cabíveis, visando ao afastamento do agressor do lar, à destituição ou suspensão do poder familiar; ou ainda, para que haja a responsabilização civil ou criminal do ofensor. Inclusive, no âmbito criminal, como já se decidiu:

HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. RÉU FORAGIDO. REVELIA. SUSPENSÃO DO PROCESSO PENAL E DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA TESTEMUNHAL REQUERIDA PELA ACUSAÇÃO. A produção de prova testemunhal é considerada urgente pelo Código de Processo Penal (art. 92), justificando sua produção antecipada na hipótese prevista no art. 366, do CPP, com a redação introduzida pela Lei nº 9.271/96. Precedentes. Não é desfundamentada a decisão que determina a produção antecipada de prova testemunhal requerida pelo Ministério Público, sob o argumento de que a demora e incerteza quanto ao comparecimento do réu pode determinar seu perecimento, seja pela não localização das testemunhas, seja pelo esquecimento dos fatos. Ordem denegada (STJ - HC 42.684/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13.09.2005, DJ 03.10.2005, p. 299).

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO PENAL. REVELIA. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA ORAL. NECESSIDADE. CPP, ARTS. 92 E 366.

Na hipótese de suspensão do processo em face da revelia do réu, a memória testemunhal deve ser colhida no tempo mais próximo do fato, em face do fenômeno humano do esquecimento, sendo de rigor a sua produção antecipada. Exegese dos arts. 92 e 366, do Código de Processo Penal.

Recurso ordinário provido. Segurança concedida (STJ - RMS 11.923/SP, Rel. Ministro VICENTE

LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 04.06.2002, DJ 01.07.2002, p. 395). Também neste sentido: (HC 61.584/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 05.10.2006, DJ 30.10.2006, p. 364, e HC 57.241/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 12.09.2006, DJ 09.10.2006, p. 325).

Conclusão

Demonstrar, efetivamente, que uma criança ou um adolescente teve seus direitos violados não é nada fácil, em especial, porque nas situações de violência intrafamiliar, elas ocorrem geralmente dentro de quatro paredes e na residência da própria vítima, “asilo inviolável” para a Constituição Federal brasileira, além de muitas vezes não ser possível a comprovação mediante perícia médica por não deixarem vestígios materiais. Como sustentado, além da dificuldade de trazer, nesses casos, a verdade real, o processo judicial ou extrajudicial acaba por revitimizar as pessoas, o que pode ocasionar um dano psíquico secundário que, em algumas situações, pode ser maior do que o dano primário provocado pelo agressor.

Assim, como forma alternativa, buscando alterar essa condição para colher depoimento de crianças e adolescentes, é que restou proposto no Brasil, pela primeira vez, o já mencionado Projeto Depoimento Sem Dano (DSD), desenvolvido desde 2003 pelo Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, que recebeu menção honrosa na 3ª edição do “Prêmio Inovare: a Justiça do Século XXI”, criado pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) para identificar, premiar, sistematizar e disseminar práticas pioneiras e bem-sucedidas de gestão do Poder Judiciário, do Magistério Público e da Defensoria Pública, que estejam contribuindo para modernização, desburocratização, melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da Justiça. E a matéria jornalística a respeito desse projeto, escrita pela jornalista Fernanda Sucupira e publicada na “Carta Maior”, 15 de dezembro de 2006, foi vencedora da categoria mídia alternativa do 3º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística, realizado pela Andi e pelo Instituto WCF-Brasil, com o apoio do Unicef, da OIT, da Fenaj e da Abraj.

Além da ampliação do projeto no próprio Estado do Rio Grande do Sul, outros tribunais estaduais também estão desenvolvendo projetos para a sua implantação. Aliás, conforme noticiou a imprensa,

[...] o Governo federal pretende disseminar a experiência gaúcha. A Secretaria Especial de Direitos Humanos vai apoiar a reprodução da experiência do “Depoimento Sem Dano” em outros Estados, repassando recursos para os equipamentos audiovisuais e para capacitar técnicos, juízes e promotores. Por isso, a partir de outubro deste ano (2006), a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, passou a apoiar a disseminação da experiência em outros Estados, junto às varas da infância e da juventude. Estão sendo firmados convênios com os tribunais de Justiça interessados em implantar esse modelo no ano que vem, para repassar recursos que serão destinados à aquisição dos equipamentos audiovisuais necessários e para capacitar técnicos, juízes e promotores nesse procedimento [...] E, os custos do projeto são baixos, segundo o juiz José Antonio Daltoé César, idealizador e coordenador da experiência em Porto Alegre. Replicar esse modelo em todos os Estados brasileiros, portanto, seria viável. “Quando foi implantado, em 2003, de forma precária, foram necessários apenas R\$ 4 mil, sem o computador. No ano seguinte, ao se tornar institucional e receber equipamentos melhores, o custo foi de R\$ 8 mil e para ser estendido a outras comarcas do Rio Grande do Sul, investindo em tecnologia ainda mais avançada, não passou de R\$ 14,5 mil. É só o custo de implantação, depois o CD custa um real ou dois, qualquer funcionário mexe com isso. O importante é convencer as pessoas, não adianta querer impor” (Disponível em: www.tj.rs.gov.br/site_php/noticias/mostranoticia.php).

A implementação desse projeto, conforme suso mencionado, não depende de lei específica,

sendo possível a adoção desses procedimentos em nossos processos judiciais. Basta a vontade política dos respectivos tribunais estaduais, uma vez que essa experiência, que não é somente nossa, mas que existe também em outros países como Espanha e França, tem se mostrado exitosa, como uma alternativa eficiente para a redução do dano na oitiva de crianças e adolescentes em ações judiciais, em especial, nos casos de abuso sexual.

A utilização desse sistema de colheita do depoimento pessoal de menores será mais eficiente se efetivada *ab initio*. Assim, em havendo a notícia do fato delituoso, a oitiva pode ser feita apenas uma vez, bastando ao Ministério Público promover ação cautelar de produção antecipada de provas. O depoimento colhido pode ser utilizado em qualquer processo judicial (penal, civil ou previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente) ou, melhor, pode também afastar a necessidade da oitiva da criança ou do adolescente pela polícia judiciária, reduzindo ainda mais os danos secundários.

No Estado de São Paulo, o projeto está sendo avaliado e desenvolvido pelo Tribunal de Justiça, por intermédio da Coordenadoria da Infância e da Juventude, atualmente conduzida pelo eminente Des. Antônio Carlos Malheiros, em conjunto com a Corregedoria Geral de Justiça. A necessidade da sua rápida implementação também foi reafirmada em recente evento ocorrido na Capital e na Comarca de Campinas. Realizado nos dias 25 e 26 de junho de 2007 em Campinas, o evento foi organizado pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJSP) e pela Vara da Infância e da Juventude de Campinas, em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJ/SP, Corregedoria Geral da Justiça, Escola Paulista de Magistratura, CAO da Infância do Ministério Público, ABMP, WCF, CNRVV do Instituto Sedes Sapientiae, a ONG francesa Antigone, Recherche, Confeil et Formation, com patrocínio da Medley e apoio do Senai. O evento reuniu 280 profissionais da região com formação em Direito, Psicologia, Serviço Social, Medicina, Enfermagem, representantes das Secretarias Municipais, do Poder Judiciário, da Promotoria Pública, dos Conselhos Tutelares. Na oportunidade, foram

palestrantes a Dra. Marlene Iukusch, Psicóloga que atua no Tribunal de Justiça de Paris/França e o Dr. José Antônio Daltoé César, um dos idealizadores do projeto gaúcho. As mesas-redondas e palestras trataram dos eixos:

- a) entendimento e diferenciação dos fenômenos do abuso sexual e da exploração sexual comercial de crianças e jovens;
- b) trabalho articulado em rede;
- c) proteção da criança e do adolescente vitimizados e responsabilização do agressor;
- d) prevenção dos fenômenos de abuso e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes;
- e) formação profissional.

Os eixos foram trabalhados em quatro grupos em oficinas para elaboração de proposições em torno dos avanços e dos desafios que a prática sobre a realidade de crianças e adolescentes vulneráveis ao abuso e à exploração sexual nos traz. As proposições do I Seminário realizado em Campinas, dentre elas, a ratificação da necessidade de se estudar e buscar implementar da melhor maneira o procedimento do depoimento com redução do dano, foram apresentadas e debatidas durante o I Seminário Internacional sobre atenção, proteção e prevenção a crianças e adolescentes vulneráveis à violência sexual, com a participação de mais de 500 pessoas, realizado em 27 de junho na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em parceria com a AAAPTJSP, Vara da Infância e da Juventude de Campinas (TJ/SP) e Childhood – Instituto WCF-Brasil. Nesse evento, foram lançados o “Projeto Laços da Rede” e o livro *Quero voltar para casa: trabalho em rede e o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que vivem em abrigos* (AASPTJSP; AiBi; CMDCA/SP). O evento foi prestigiado pelos digníssimos membros do Conselho Superior da Magistratura paulista, presidente Des. Celso Limongi, vice-presidente Des. Caio Eduardo Canguçu de Almeida, corregedor-geral da Justiça Des. Gilberto Passos de Freitas e pelo Des. Marcus Vinícius dos Santos Andrade, diretor da Escola Paulista da Magistratura.

Há que se entender que, muito mais do que simples conveniência, existe também o direito subjetivo da criança ou do adolescente, vítima de maus-tratos, em especial, de abuso sexual, de ser ouvido judicialmente de forma a minimizar sua dor, evitando-se a ocorrência de danos secundários. E esse direito funda-se no princípio da prioridade absoluta estabelecido não só no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também taxativamente no art. 3.1 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em que restou previsto que “todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança”.

Embora ainda não haja entendimento jurisprudencial nesse sentido, a toda evidência, uma vez implantado o projeto, o magistrado deverá, sempre que possível e se adequada para a hipótese específica, utilizar-se do sistema de colheita do depoimento com redução de dano. E, nesse sentido, já se decidiu:

MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. OITIVA DE VÍTIMA DE CRIME SEXUAL. PROCEDIMENTO DO “DEPOIMENTO SEM DANO”. – O mandado de segurança ganhou assento constitucional como meio de proteção dos direitos individuais e coletivos do cidadão, contra abuso do Poder Público (art. 5º, LXIX, da Constituição Federal). – O Ministério Público tem legitimidade para propor a medida quando em favor do cidadão. – Desnecessário o procedimento denominado “depoimento sem dano” quando a julgadora, com farta experiência prática e reconhecida formação teórica, entende estar apta para preservar a integridade psicológica das vítimas durante sua inquirição. – Pelo sistema vigente, cabe ao juiz processante estabelecer a forma de inquirição das partes. À unanimidade, denegaram a segurança. (TJRS – Mandado de Segurança nº 70013707641, Quinta Câmara Criminal, Relator: Amilton Bueno de Carvalho, Julgado em 08/03/2006).

O fato é que está na hora de modificarmos os nossos paradigmas e buscarmos a efetiva garantia dos direitos de nossos infantes, inclusive durante o processo judicial.

MELO, E. R.; KIM, R. P. P. Testimony with damage reduction and the importance of its implementation and operation for child and adolescent victims of abuse. *Rev. Justitia (São Paulo)*, v. 197, p. 387-406, jul./dez. 2007.

- **ABSTRACT:** It is not easy to prove that a child or adolescent's rights have been violated, especially when abuse comes from within the family, as it often happens behind closed doors and leaves no traces, making it very difficult to find out what really happened. Current judicial procedures usually fails to bring out the truth and ends up causing new psychological damage upon the victim, sometimes worse than the one caused by the aggressor. As a new alternative to obtain reliable testimony from children and adolescents, the Rio Grande do Sul State Justice Court has been developing and operating since 2003 project "Testimony Without Damage". Minors who are victims of sexual abuse or sexual exploitation are interviewed by a social worker or psychologist who, in order to help them break the so called "law of silence", must ease the process of their deposition seeking to ensure their well-being as well as the reliability of the evidence that is obtained from them. The child or adolescent is heard in a separate room equipped with computer and video-audio system. Everything is recorded and the testimony is conducted by the judge, who remains with the prosecutor, lawyers and the defendant in the courtroom. Development of the project does not require new and specific legislation, as its procedures may be used in our current legal system. State Courts political will is enough to build it. The system will be more efficient if it is used right at the beginning of any judicial proceedings. Hearing children or adolescents at the beginning and using their recorded testimony further ahead during the process, whether crimi-

nal, civil or as established by the Child and Adolescent Code, will reduce secondary damages.

- **KEYWORDS:** Sexual abuse. Sexual exploitation. Children. Teenagers. Law of silence. Deposition. Victim. Witness. Primary injury. Secondary injury. Deposition with no injury. Deposition with reduction of injury. Anticipated proof proceeds.

Referências bibliográficas

- ALBERGARIA, Jason. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro: Aidê, 1991.
- ARCHARD, David. *Children. Rights and childhood*. London: Routledge, 1998.
- ARIËS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
- BOWLBY, John. *Apego. A natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BURGOA, José A. Paja. *La convención de los derechos del niño*. Madrid: Tecnos, 1998.
- CEZAR, José Antônio Daltoé. *Depoimento sem dano – uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- CHAVES, Antônio. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: LTr, 1997.
- CORSARO, Willian. *The sociology of childhood*. Thousand Oaks, Pine Forge Press, 1997.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *É possível mudar. A criança, o adolescente e a família na política social do município*. São Paulo: Malheiros, 1993.
- CURY, Munir et al. *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado. Comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros, 2002.
- DA SILVA, José Luiz Mônaco. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Comentários*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995.
- DIÁRIO do Grande ABC, 5 fev. 2006, p. 1, levantamento da Secretaria de Segurança. Caderno Sete Cidades, DOBKE, Velda. *Abuso sexual – a inquirição das crianças – uma abordagem interdisciplinar*. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001.

- DONALDSON, Margaret. *A mente da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ESCARDÓ, Florencio. *Los derechos del niño*. Buenos Aires: Fundasap, 2004.
- FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva. *Circuitos e curtos circuitos nos fluxos de responsabilização, atendimento e defesa relativos ao abuso sexual*. São Paulo: Veras Editora, 2001.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1991.
- FREITAS, Marcos Cezar. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1996.
- FURNISS, Tilman. *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- GARCIA, Márcia R. Cavalheiro. *Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência*. In: FERRARI, Dalka; VECINA, Tereza. *O fim do silêncio na violência familiar. Teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002.
- GOLDSTEIN, Joseph et al. *No interesse da criança?* São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- JAMES, Allison; PROUT, Alan. *Constructing and reconstructing childhood*. London: Routledge, 1990.
- JUNQUEIRA, Lia. Aspectos sócio-jurídicos na intervenção. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. *Crianças vitimizadas. A síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu editora, 1989.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Malheiros, 2003.
- MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos*. Barueri: Manole, 2003.
- MANACORDA, Mario Alighiero. Trad. Gaetano de Monaco. *História da educação. Da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MATTOS, Gisela Oliveira. Abuso sexual em crianças pequenas: peculiaridades e dilemas no diagnóstico e no tratamento. In: FERRARI, Dalka; VECINA, Tereza. *O fim do silêncio na violência familiar. Teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002.

- MAYALL, Berry. *Towards a sociology for childhood. Thinking from children's lives*. Buckingham: Open University Press, 2002.
- MAXWELL, G.; ROBERTSON, J. *Child offenders*. Paper presented at Australian and New Zealand Society of Criminology 11th Annual Conference, 29 Jan.-1 Febr., Victoria University of Wellington, 1996.
- MAXWELL, G.; CARROLL-LIND, J. *Children's experiences of violence*. Wellington: Office of the Commissioner for Children, 1996.
- MENDEZ, Emílio Garcia; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *A proteção da criança no cenário internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente. Uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.
- PLATT, Anthony M. *The child savers. The invention of delinquency*. Chicago: The university of Chicago Press, 1977.
- POLLOCK, Linda A. *Los niños olvidados. Relaciones entre padres e hijos de 1500 a 1900*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia Guerra, Viviane. *Crianças Vitimizadas. A síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Editora, 1989.
- SANDERSON, Chirstiane. *Abuso sexual em crianças*. São Paulo: MBooks, 2005.
- SCHREIBER, Elizabeth. *Os direitos fundamentais da criança na violência intrafamiliar*. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001.
- SÊDA, Edson. *Construir o passado, ou como mudar hábitos, usos e costumes, tendo como instrumento o Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Malheiros, 1993.
- SHORTER, Edward. *The making of modern family*. New York: Basic Books, 1975.
- SIMONETTI, Cecília et al. *Do avesso ao direito*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- TRINDADE, Jorge (Org.). *Direito da criança e do ado-*

lescente. *Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Temas de direito da criança e do adolescente*. São Paulo: LTr, 1997.

VIGOTSKI, L. S. *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VILGA, Vanessa F.; FÉLIX, Lucínio de Souza M.;

URVANEGLIA, Helena L. Implicações psicológicas decorrentes de processos judiciais de abuso sexual doméstico contra crianças e adolescentes. In: *Abuso sexual doméstico. Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Unicef/ Cortez Editora, 2002.

WINNICOTT, D. W. *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.